

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA KELLY FERNANDA GONÇALVES - PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA ADJUNTA DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS – SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 525454/2021
ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

LIFE GESTÃO E SERVIÇOS EM MEDICINA INTENSIVA LTDA, CNPJ/MF nº 30.694.025/0001-01, com sede à Avenida Presidente Kennedy, nº 2207, Sala 02, Bairro Jardim Urupês, na cidade de Rondonópolis/MT, CEP 78.715-201, e-mail: life.medicina.intensiva@gmail.com, e telefone: (66) 99629-7229, neste ato representada por seu sócio administrador, RENÊ ANDRÉ BOSIO DOS SANTOS, CI/RG nº 9.564.282 SSP/SP, CPF/MF nº 009.422.498-60, com domicílio à Avenida Presidente Kennedy, nº 2207, Sala 02, Bairro Jardim Urupês, na cidade de Rondonópolis/MT, CEP 78.715-201, e-mail: rbosios@hotmail.com, telefone (66) 99984-8902 apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em face da Decisão que declarou licitante concorrente indevidamente HABILITADA no Certame PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022, expor e requerer o quanto se segue:

1. DOS FATOS

Em 16/05/2022, teve início a sessão de disputa de lances para prestação de serviços médicos em UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI, neste diapasão, a empresa EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), foi declarada vencedora no certame para fins de prestação dos referidos serviços licitados no GRUPO 1 (HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS “IRMÃ ELZA GIOVANELLA”) e afins.

Entretanto, a habilitação da referida empresa se deu de forma equivocada, tendo em vista que NÃO houve o pleno atendimento dos requisitos de HABILITAÇÃO elencados no Edital do referido certame, em cuja INABILITADA é a medida salutar, conforme fatos e fundamentos que se seguem.

2. DO MÉRITO

2.1- DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Na forma dos princípios que regem os certames licitatórios, previstos no Artigo 3º da Lei de Licitações, o processo licitatório será regido em estrita observância ao princípio da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade e afins, no intuito de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Como é do conhecimento, para fins de seleção da proposta mais vantajosa, necessário se faz que o ramo de atividade do licitante concorrente, seja pertinente com o objeto licitado, a fim de evitar eventuais desvios de finalidade e inclusive, prejuízos à administração e a coletividade como um todo, no tocante à eventual inexecução do objeto licitado, motivada por imperícia.

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Ocorre no caso em epígrafe, que, a licitante vencedora do Grupo 1, EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), apresentou ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO SEM os CNAES específicos para prestação de serviços médico em UTI, demonstrando apenas e tão somente, especialidade em Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 8630-5/03), demonstrando imperícia no tocante à atividade médica em UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA – UTI.

Há que se ressaltar inclusive, que o próprio Edital do certame, no Item 5.1, é categórico ao prever a necessidade de compatibilidade do ramo de atividade das licitantes com o objeto do certame:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

Por esta razão, a inabilitação da vencedora no tocante à falta de especialidade exigida para com o objeto do certame, é a medida salutar, na forma do Artigo 29, Inciso II da Lei 8666/1993 e Item 5.1 do Edital do Certame.

2.2. DA CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA

Como é do conhecimento, a certidão de falência e concordada é um documento exigível em certames públicas, por força do

Artigo 31, Inciso III da Lei 8666/93, que tem por finalidade aferir a qualificação econômico-financeira do licitante.

No caso em epígrafe, a própria certidão expressamente prevê "Esta certidão tem validade de 30 dias, após a data de sua emissão." e a certidão consta como "emitida em 12/04/2022, às 16:10h.", portanto, considerando o referido prazo, é certo que a referida certidão tem validade até 12/05/2022, e, tendo em vista que a sessão de abertura ocorreu em 16/05/2022, é certo que a referida certidão foi apresentada fora do prazo de validade.

Senão vejamos acerca do entendimento jurisprudencial em caso idêntico:

RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2018. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRIAGEM E ATENDIMENTO. DESCUMPRIMENTO DE NORMA LEGAL E EDITALÍCIA. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU CONCORDATA VENCIDA. INABILITAÇÃO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE E/OU ABUSIVIDADE DO ATO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA ISONOMIA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1.A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, não se afigurando possível a supressão ou mesmo relativização de regra legitimamente adotado pelo edital do certame, aplicável indistintamente a todos os proponentes. 2.Revela-se necessária e lógica a exigência de apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, hoje recuperação judicial, prevista em lei, para comprovação da "saúde" financeira da proponente. 3.Tendo a licitante, ora recorrente, apresentado referida certidão vencida havia mais de 3 (três) meses, quando da abertura da sessão pública, não há que se falar em ilegalidade e/ou abusividade do ato que a inabilitou do certame. 4."Ao prosseguir no certame, ciente das exigências editalícias e das restrições legalmente impostas, o recorrente assumiu o risco de seus atos, não podendo imputar ao Poder Público a culpa por eventual descumprimento dos requisitos exigidos no edital licitatório." (STJ AgRg no RMS 48186/MG, Relator o Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 16/02/2016, DJE 25/02/2016). 5.Recurso conhecido e desprovido. ACÓRDÃO ACORDAM os Desembargadores integrantes do ÓRGÃO ESPECIAL deste e. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, por unanimidade, em conhecer do presente recurso, mas para negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, 17 de outubro de 2019. (TJ-CE - Recurso Administrativo: 85172005220188060000 CE 8517200-52.2018.8.06.0000, Relator: ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, Data de Julgamento: 17/10/2019, Órgão Especial, Data de Publicação: 17/10/2019)

Deste modo, NÃO há que se falar em validade da certidão de falência e concordata apresentada no certame, o que enseja em inabilitação da licitante vencedora no certame, na forma do Item 12.12.1 do Edital do Certame.

2. 3. DO BALANÇO PATRIMONIAL

A Lei Nº 8.666/93 expressamente prevê acerca da documentação que deverá ser exigida nos processos licitatórios quanto da habilitação econômico financeiras das empresas.

E neste diapasão, o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, está previsto no Artigo 31, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93 como documento imprescindível para fins de habilitação econômico-financeira:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo se atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Neste sentido, é o ensinamento do Doutrinador Benedicto de Tolosa Filho que a "forma de apresentação do balanço e mesmo a sua exigência estão adstritas ao previsto na legislação que rege o tipo de sociedade ou a natureza jurídica da empresa".

E, dentre as principais garantias constitucionais, destaca-se o da vinculação da Administração ao Edital que regulamenta o processo licitatório, em estrita observância das regras contidas na Lei e no instrumento convocatório e rege o certame.

A apresentação de balanço patrimonial é requisito formal de habilitação em licitação em cuja falta de apresentação, enseja em inabilitação.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL REGISTRADO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE - PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL - ART. 1181 DO CÓDIGO CIVIL - RECURSO PROVIDO - DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. - É possível a inabilitação de licitante que deixou de observar norma do edital que exige a apresentação de balanço patrimonial, nas formas da lei - Nos termos do art. 1181 do Código Civil, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis. (TJ-MG - AI: 10000205823404001 MG, Relator: João Rodrigues dos Santos Neto (JD Convocado), Data de Julgamento: 10/08/2021, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/08/2021)

Nesse sentido, há expressa previsão no Item 12.12.3, relativamente ao balanço patrimonial e demonstrativos contábeis para fins de habilitação no certame, serem relativos ao último exercício social da empresa, que no presente caso, é o ano de 2021. Ocorre no presente caso, que licitante vencedor EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), apresentou os referidos documentos relativo ao exercício fiscal de 2020.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - MICROEMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO/FINANCEIRA - EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL - PREVISÃO EXPRESSA NO EDITAL- RECURSO NÃO PROVIDO. - A dispensa de obrigatoriedade de formular o balanço patrimonial para MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional é para fins fiscais e não se estende necessariamente para outros cenários -O princípio da vinculação ao edital regulamenta o certame licitatório e é princípio administrativo que prevê que a Administração Pública deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes -Não sendo questionado o ato administrativo, a tempo e modo, é de se concluir que a empresa anuiu com as regras do Edital, restando preclusa a oportunidade do licitante de questionar suas cláusulas e de apresentar novos documentos (TJ-MG - AC: 10000170604367002 MG, Relator: Belizário de Lacerda, Data de Julgamento: 28/09/2021, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 08/10/2021).

Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação dos licitantes, mediante confronto com as exigências e condições do ato convocatório, deveria o licitante ser desclassificado, por não atender ao que foi estabelecido no ato convocatório.

Portanto, o licitante que deixar de fornecer, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades deve ser considerado inabilitado.

3. DOS PEDIDOS

POR ESTAS RAZÕES, é a presente para requerer a Vossa Senhoria se digne receber o presente Recurso Administrativo para ao final:

a) Seja declarada a empresa EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), INABILITADA por FALTA DE ESPECIALIDADE EXIGIDA PARA COM O OBJETO DO CERTAME, na forma do Artigo 29, Inciso II da Lei 8666/1993 e Item 5.1 do Edital do Certame;

b) Seja declarada a empresa EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), INABILITADA por falta de entrega de CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA com validade, na forma do Artigo 31, Inciso III da Lei 8666/93 e Item 12.12.1 do Edital do Certame;

c) Seja declarada a empresa EQUIPE ASSISTENCIA MEDICA LTDA (CNPJ 14.074.423/0001-60), INABILITADA por falta de entrega de BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (exercício de 2021), na forma do ITEM 12.12.3 do Edital do Certame e Artigo 31, Inciso I, da Lei Nº 8.666/93

d) A convocação do licitante concorrente subsequente, para fins de continuidade do certame no constante ao Grupo 1 (HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS "IRMÃ ELZA GIOVANELLA) e afins.

Nestes Termos,
pede deferimento

Rondonópolis/MT, 04 de abril de 2022.

LIFE GESTÃO E SERVIÇOS EM MEDICINA INTENSIVA LTDA

Fechar